

da por elementos que desconhecendo os seus deveres como cidadãos e homens públicos, negavam-se a comparecer perante suas comissões parlamentares de inquérito numa flagrante demonstração de desrespeito ao Poder Legislativo.

Requeremos, à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de congratulações com o jornal "Última Hora" e seu redator Luiz Tomazzi, pela oportuna campanha desenvolvida em defesa das comissões parlamentares desta Casa, coroada de pleno êxito com a decisão judicial acima referida.

Requeremos, outrossim, seja dado conhecimento ao jornal "Última Hora", e ao jornalista Luiz Tomazzi, do deliberado por esta Casa. Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, estamos encaminhando, com dez assinaturas, até o presente instante, o seguinte telegrama ao Sr. Presidente da República:

(Lê) "Deputados com assento nesta Assembléia apóiam a intervenção do Governo Cubano Refinarias Petróleo norte-americanas. Apoio brasileiro ao governo Fidel Castro alastra-se em todas as camadas sociais e políticas. Fornecimento açúcar brasileiro à América do Norte com objetivo suprir falta fornecimento cubano não atende aspirações do povo brasileiro, que deseja desvincular-se grilhões área do dólar e sair do subdesenvolvimento. Apela deputados com assento Palácio 9 de Julho para o alto critério com que V. Exa. costuma orientar problemas referidos à nossa Pátria e à nossa independência econômica".

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Jethero de Faria Cardoso. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, volto a esta tribuna para tratar de assuntos que considero da mais alta importância para a região de Ribeirão Preto e o fato pela terceira vez, certo, no entanto, de que, nesta oportunidade, seja ouvido por quem de direito. Volto ao assunto da instalação da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto, já criada por lei, mas, até agora, não tendo recebido nenhuma atitude concreta do Poder Executivo para tornar-se uma realidade. Esta situação é de tal forma incompreensível, e por demais surpreendente, que inúmeros Srs. deputados de outras regiões do Estado, num gesto de elevada solidariedade, aqui se fizeram ouvir reclamando a imediata instalação da referida escola. A elegante atitude calou profundamente no sentimento do povo Ribeirão Preto, por que, em nome dele, agradeço o gesto espontâneo e desinteressado desses ilustres parlamentares. Entretanto Srs. deputados, o problema ainda continua reclamando solução. Ribeirão Preto tem necessidade de que seja instalada a sua Faculdade de Filosofia. Trata-se apenas de dar forma a uma situação jurídica e praticamente reconhecida como justa, pois a lei que a referendou já foi aprovada por esta Casa e sancionada. Então, que é que se espera?... Se se considerar a importância econômica e social da região a que se destina, compreendendo uma população de aproximadamente um milhão de pessoas, ter-se-á uma idéia da justiça da criação dessa faculdade. Além do mais, não deve ficar alheia ao raciocínio a situação de que Ribeirão Preto já possui em funcionamento as Faculdades de Medicina, de Farmácia e Odontologia, de Ciências Econômicas e uma Escola Química e Industrial.

Outro tanto sucede em matéria de escolas normais, que atingem a dezenas em toda a Alta e Média Mogiana e as quais convergem, inapelavelmente, para Ribeirão Preto. O mesmo acontece no ensino médio, com algumas dezenas de ginásios particulares e oficiais funcionando em toda a zona. Toda esta triplicante vida estudantil dá à zona para a qual é reclamada a Faculdade de Filosofia uma população de mais ou menos trinta mil estudantes. Acresce ainda que prodigioso surto de desenvolvimento comercial e industrial sacode toda a região, exigindo com insistência um avanço de cultura técnica e científica. Juntam-se desta forma, inúmeros fatores ponderáveis e indiscutíveis, aconselhando a pronta execução da lei a que acima me referi.

Mesmo porque, Srs. deputados, não pode passar despercebido o fato de que outras escolas do mesmo gênero já estão funcionando em outras regiões, apresentando os elevados índices do desenvolvimento do progresso da região de Ribeirão Preto e, conseqüentemente, as mesmas necessidades culturais.

Esta é a razão, Srs. deputados, porque reivindicado com tanta insistência e, sobretudo, com acentuada veemência, a imediata instalação da Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto, chamando para isto a atenção do ilustre governador do Estado, professor Carlos Alberto de Carvalho Pinto.

Era o que tinha a dizer.

(Assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cid Franco. O SR. CID FRANCO — Srs. deputados, era uma vez um negociante, que desejou e esperou as dificuldades de um amigo para dar-lhe um golpe traiçoeiro, em benefício próprio. E deu o golpe. Mas o negócio foi tão desleal e revoltante que o homem ficou mal visto na praça, e nenhuma transação realizou depois.

Foi então que ele aprendeu que a lealdade é mais importante do que o dinheiro ganho com esperteza.

De nome sujo para o resto dos seus dias, foi caindo de fracasso em fracasso, repudiado aqui, expulso acolá, perdendo amigos e fregueses. Até que faliu.

Não direi o nome do negociante, nem o da cidade em que isso aconteceu. Mas está na memória de muita gente o triste caso dessa velhacaria, que redundou num feitiço virado contra o feitiço.

Pois bem. O Brasil está numa encruzilhada. Se tomar a atitude daquele negociante espertalhão e desleal, fará tudo o que puder para agradar aos Estados Unidos e vender-lhes produtos que antes o Tio Sam comprava de Cuba. Ganhará dinheiro com isso? Ganhará. Mas há de passar a história como símbolo de esperteza e deslealdade, velhacaria e falta de compreensão do sofrimento que o povo cubano está curtindo, em conseqüência das sanções econômicas dos poderosos trustes norte-americanos. (Muito bem!)

E' possível que muitos dos nossos homens de negócio e de governo (e às vezes o governo se confunde com negócio) não acreditem nesta verdade: os países subdesenvolvidos devem unir-se e não separar-se, quando acontecem coisas como essas de Cuba.

Hoje, as sanções se dirigem contra o povo cubano, amanhã podem dirigir-se contra o brasileiro. E gostaríamos de encontrar, em qualquer país subdesenvolvido do continente, a deslealdade que alguns inquietos senhores das nossas finanças se apressam em demonstrar, neste angustioso momento da vida de Cuba?

Sem concordarmos com a violência dos fuzilamentos ordenados pela justiça de Fidel Castro, muito menos numerosos do que as mortes e as torturas do regime de Batista, não podemos ignorar o esforço heróico dos cubanos para se tornarem uma nação economicamente emancipada, libertando-se da exploração e da humilhação que os trustes estrangeiros lhe infligiram durante tantos e tantos anos.

E tudo nos diz que a República de Cuba vai conquistar essa independência econômica. Já a está conquistando.

E nós, brasileiros? Vamos colocar-nos ao lado dos exploradores e escravizadores da economia cubana?

Quais seriam, mais tarde, para o nosso nome e para o nosso destino, as conseqüências dessa atitude?

Se os homens de negócio e os homens de governo do Brasil (e às vezes o negócio é governo e o governo é negócio) meditassem nessa pergunta, poderiam evitar dias amargos e sombrios para o nosso futuro.

Sei que nada adiantam estas palavras de um velho deputado socialista, que não tem outro interesse além de dizer o que sente e o que pensa.

Mas, Srs. deputados, no dia em que eu desistir de dizer o que sinto e o que penso, abandonarei o meu mandato.

Era o que pretendia dizer, não só em meu nome, como em nome do meu partido. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Maria Costa Neves.

O SR. JOSÉ MARIA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, não me parece decente a atitude tomada por numerosos usineiros paulistas que, precipitadamente, telegrafaram ao Secretário da Agricultura dos E.E.U.U. pondo à disposição do governo desse país aliado uma quota de 300 mil toneladas de açúcar, tão logo suberam das restrições norte-americanas à importação que normalmente se fazia de Cuba.

Nem a mim, nem a ninguém de mais senso.

Sempre formei entre aqueles que, embora amando o extraordinário povo russo, de quem bem conheceremos a alma e o gênio, através da literatura geral e científica, sentimo, contudo, que o regime de governo lá dominante constitui um perigo e uma afronta às liberdades democráticas que gozamos e pensamos em continuar a usufruir.

Não sou, portanto, comunista, e me inclino mesmo para o capitalismo que, apesar de seus vícios intrínsecos, ainda é o regime mais suportável, o que melhora condições e perspectivas de vida oferece.

Ora, Cuba emerge de uma luta verdadeiramente heróica para conquistar seu lugar ao sol, livre do jugo sanguinário do assassino Furgêncio Batista.

Derramou muito sangue, exauriu-se de forças e sua convalescença se faz sentir em ritmo apenas perceptível. Julgo, até que Fidel Castro, esse extraordinário patriota não se dá conta de que outros métodos de política externa deverão ser postos em prática, para que o desejado restabelecimento "físico" de sua pátria sobrevenha com mais celeridade.

Sem dúvida exagera o líder cubano a sua guinada de 90 graus para a esquerda, que lhe poderá trazer, a par de alguma compensação no presente, dificuldades de todo o jaez no futuro; ademais, põe em risco seus vizinhos continentais, a nós, brasileiros, por exemplo, que tão bem compreenderemos sua foga e nunca lhe regateamos a solidariedade de amigo e de irmão.

De qualquer modo, porém, Cuba procura arrancar-se da estagnação econômica-social e financeira que aquele longo período de lutas lhe acarretou, e o faz considerando devidamente o fato de que os Estados Unidos, somente em determinados e especiais instantes da história das relações sul-centro-norte-americanas, deu aos seus fiéis aliados latinos a atenção e a ajuda a que faziam jus.

E sua disputa com a rica nação se acirrou de tal modo, que hoje verificamos, estarecidos, que nela pode ser encontrado o estopim da terceira e última grande guerra. Das "demarches" fracassadas, surgem as sanções bilaterais, o que é aceitável, muito embora todos almejássemos um resultado diferente.

E é justamente quando o E.E. UU., com ou sem razão, resolveram suspender 80% das importações de açúcar cubano, duro golpe em sua sobrevivência econômica, que os usineiros paulistas, através de seus representantes, vão oferecer seus estoques ao milionário comprador! E de pasmarr tanta ignomínia, mormente se considerarmos que, alegando escassez do produto, estão pleiteando junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool aumento no preço de venda, mais um gravame para o estóico povo paulista suportar.

Atitudes como essa não nos dignificam! Ao revés, nos diminuem no conceito dos povos civilizados.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Bento Dias Gonzaga. (Pausa). Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammoglia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, como resposta a um abaixo-assinado que enviou à Secretaria da Educação, em 16 de maio de 1960, foi-me dado ciência do parecer fornecido pela Delegacia de Sorocaba, sobre a proposta de criação do Grupo escolar do bairro de Rancho Grande, em Itu. Depois de uma série de considerações relativas à situação das professoras, informava-me que o grupo em questão seria preenchido com a retirada de quatro classes do Grupo Escolar "Convenção de Itu", e com a transferência da escola mista de 1.º e 2.º estágio, da Indústria de Fiação e Tecelagem São Pedro, de Itu, bem como com a transferência, ainda, da escola mista de 2.º estágio, de Cerebúva, a fim de que pudessem perfazer assim oito classes naquele grupo escolar do Rancho Grande. A lei que o cria se encontra nesta Assembléia, para apreciação em 2.ª discussão.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. deputados que a preocupação da Delegacia tenha sido, única e exclusivamente, preencher as oito classes, transferindo escolas já existentes, em funcionamento. Não houve preocupação com a sorte dos alunos. É o que se desprende da seguinte justificativa, apresentada pela Delegacia do Ensino de Sorocaba, após a proposta de criação de grupo escolar para o Bairro de Rancho Grande, em Itu:

(Lê) "O prédio para a instalação do G. E. do Bairro Rancho Grande fica distante 800 metros do G. E. "Convenção de Itu". Os professores constantes desta proposta são titulares removidos por necessidade do ensino, alguns, e outros estão com pedido de aposentadoria em andamento.

Os alunos que irão frequentar o novo estabelecimento são residentes no Bairro do Rancho Grande e um bom número vem se servindo do G. E. "Convenção de Itu", conforme relação anexada pelo Sr. Inspetor escolar, a este processo.

Parece-nos salvo melhor juízo, que, tratando-se de zona urbana e da mesma localidade, as transferências propostas não trarão inconveniências de ordem particular aos professores, pois continuarão a residir em Itu e passarão a ter exercício em local distante apenas 800 metros além do G. E. "Convenção de Itu".

Será instalado em prédio próprio, com 6 salas de aula e dependências para a parte administrativa.

No entanto, quero reafirmar que haverá transtorno para os alunos e preocupações para as suas mães, porquanto a escola mista — são duas classes existentes na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Pedro — dista mais de 3 km. do grupo escolar que há de ser preenchido, com a transferência. Apelo desta tribuna, mais uma vez, em nome não mais das professoras, mas das mães dos alunos que estão preocupadas com os riscos que correrão os seus filhos, tendo de atravessar a cidade num percurso de três quilômetros para frequentarem as aulas.

Deixo aqui meu apelo veemente, e o daquelas famílias operárias, ao Sr. Secretário, para que este se preocupe também com os alunos como está preocupado com as professoras.

Não me parece justificar a afirmativa de que o prédio da escola mista da Fiação São Pedro não pertence ao Estado, porque outras escolas do mesmo grau funcionam idênticamente em grupos escolares cujos prédios são propriedades particulares. Os alunos da escola mista da Fiação São Pedro, que funciona há doze anos, estão muito bem alojados e residem no bairro que é oposto ao de Rancho Grande.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, vamos enviar ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sr. Horácio Láfer, o seguinte telegrama:

(Lê) "Exmo. Sr. Ministro Horácio Láfer

Ministério das Relações Exteriores

Av. Marechal Floriano, 196 — Rio de Janeiro — E.G.

Os representantes do povo paulista abaixo-assinados, interpretando fielmente o pensamento de toda a população brasileira, aplaudem efusivamente a Vossa Excelência, pelo destemor e elevação com que defendeu a soberania nacional, do atrevimento com que tentou arranhá-la o governo tcheco-slovaco.

V. Exa., Senhor Ministro, soube com dignidade representar os brios nacionais tornando-se, mais uma vez, merecedor do reconhecimento de nossa gente, que por ser de boa paz é e pode ser justamente altiva.

(a) Conceição Costa Neves — Gustavo Martini — Mario Teles — Fernando Mauro — José Costa — Luiz Roberto Vidgal — Osvaldo Santos Ferreira — Costabile Romano — Anacleto Campanella — Eduardo Barnabé — Carlos Kherlakian — Archimedes Lammoglia — Antônio Moreira — Benedito Matarazzo — Sólton Borges dos Reis — José Felício Costellano — Antônio Sampaio — Athli Jorge Coury — Angelo Zanini — Israel Dias Novaes — Araripe Serpa — Avalone Júnior — Orlando Iazetti — Juvenal Rodrigues de Moraes e Dante Ferri".

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo.

O SR. BENEDITO MATARAZZO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, estamos nesta data enviando indicação ao Chefe do Executivo sugerindo providências, no setor do ensino, capazes de regularizar o ingresso ao magistério primário do Estado.

Sabe-se, por exemplo, que é preocupação do Estado aperfeiçoar o seu pessoal, não só nos casos administrativos como do ensino, e sabe-se também que professores do ensino secundário e normal, típico rural e de nível universitário, são admitidos em caráter efetivo mediante concursos de títulos e provas.

Atentando-se que, em todas as cadeiras do funcionalismo público, o Estado está adotando o salutar sistema de concurso evitando com isso, a ingerência indevida e dando possibilidades iguais a todos e que há no Estado um superávit de 10 mil professores, acreditamos ser viável o que pretendemos.

O Estado, Sr. Presidente e Srs. deputados, coloca anualmente em concurso de ingresso, 1.500 ou 1.600 cargos de professores primários, criados por lei há vista o ano corrente, quando foram criados 1.600 cargos para ingresso ao magistério primário e para os quais se acham inscritos mais de 8 mil professores.

O professor primário pelo sistema atual, consegue pontos necessários para ingresso ao magistério somente vários anos após a sua formatura, e esses pontos são obtidos através de substituições esporádicas no magistério primário, na regência de cursos de alfabetização de adultos, atividades que não estão ao alcance de todos os candidatos interessados e necessitados das mesmas.

Diante disto, Sr. Presidente e Srs. deputados, considerando que o estabelecimento de concursos de ingresso ao magistério nos parece a melhor forma para o aprimoramento do próprio ensino oficial e particular e que o Estado dispõe de elementos para a realização dos mesmos, indicamos ao Sr. Chefe do Executivo para que, por intermédio da Secretaria da Educação, institua o concurso de ingresso ao magistério primário do Estado, que deverá ser realizado anualmente no mês de janeiro.

Era o que tinha a dizer.